

O PARQUE DO INGÁ COMO ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO AMBIENTE

Recebido em: 29/10/2014

Aceito em: 19/06/2015

Juliana Pizani
Maria Eloiza Fiorese Prates
Fernando Augusto Starepravo
Ieda Parra Barbosa-Rinaldi
Universidade Estadual de Maringá
Maringá - PR - Brasil

RESUMO: Esta pesquisa objetivou analisar o Parque do Ingá, no município de Maringá-PR, como espaço público de lazer, com vistas à identificação dos aspectos concernentes às dimensões física e sociocultural. A amostra foi constituída por 55 usuários do parque. Para a coleta de dados utilizamos o instrumento escala de autopercepção do ambiente para a realização de atividades físicas. Os resultados indicaram que, para os usuários do parque, os fatores político-normativos foram considerados como os mais inibidores (escore final de 2,8) e os socioculturais aparecem no topo da escala como contributo para o estímulo (escore final de 4,1). Como conclusão do estudo percebe-se a necessidade de ações planejadas que possam intervir positivamente para os aspectos geográficos, tecnológico-arquitetônico, político-normativos, culturais e sociais e que atendam os interesses da comunidade frequentadora do parque.

PALAVRAS CHAVE: Atividade Motora. Atividades de Lazer. Políticas Públicas.

THE INGÁ PARK AS LEISURE PUBLIC SPACE: AN ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE ENVIRONMENT

ABSTRACT: This study aimed to analyze the Ingá Park, in Maringá-PR, as a leisure public space, in order to identify issues related to physical and sociocultural dimensions. The sample consisted of 55 users of the park. To collect the data we used the environment self-perceived scale for performing physical activities. The results indicated that, for users of the park, the political-normative factors were considered as more inhibitors (final score of 2.8) and the sociocultural factors appear at the top of the scale as a contribution to the stimulation (final score of 4.1). As a conclusion of the study realizes the need for planned actions that can intervene positively for the geographical, technological-architectural, political-normative, cultural and social issues and that meet the interests of the park goers.

KEYWORDS: Motor Activity. Leisure Activities. Public Policies.

Introdução

O espaço de lazer desempenha papel importante na sociedade, em especial por contribuir para a convivência social. Por meio do convívio e também da ocupação desses espaços, a população atribui significados a esses locais. Entretanto, a importância na percepção do lazer para as pessoas e a falta de espaços públicos e de equipamentos de lazer suficientes para atendimento à população, vem fazendo com que estes espaços, segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2008) deixem de ser locais de prazer, de lazer, de circo e de espetáculo e passem a possuir uma função somente de circulação. Portanto, ressaltam a necessidade de políticas públicas setoriais de lazer devidamente conectadas as demais áreas socioculturais para que haja a ressignificação desses espaços urbanos.

De um modo geral, segundo Gomes (2004), espaço de lazer refere-se aos lugares em que se desenvolvem atividades, projetos ou qualquer tipo de programa de lazer, mas que também podem vir a transformarem-se em equipamentos de lazer, como espaços de áreas verdes ou até mesmo espaços urbanos vazios. A autora ainda acrescenta que equipamento de lazer trata-se de “[...] edificação ou instalação onde acontecem eventos e atividades de lazer de um modo geral” (p.69). Numa visão mais ampla, pode-se enquadrar como equipamentos de lazer: clubes, ginásios, centros culturais e esportivos, piscinas, cinemas, parques, bibliotecas, quadras, teatros, museus entre outros espaços, podendo ser de natureza pública ou privada. Já o espaço de lazer é o lugar onde se desenvolvem as ações, atividades, projetos e programas de lazer, além disso, muitas vezes, a expressão espaço de lazer é utilizada para designar um lugar específico ou caracterizar algum equipamento.

Entre os diversos espaços de lazer estão os parques e as praças, considerados espaços públicos livres urbanos planejados conforme os interesses da comunidade na qual estão inseridos, destinados a recreação e ao lazer e que possibilitam a conservação de suas áreas verdes e o convívio da população (GOMES, 2007; MAZZEI; COLESSANTI; SANTOS, 2007).

A apropriação desses espaços pelo homem, para atender suas necessidades e atividades, vem acontecendo ao longo de décadas, o que tem propiciado mudanças nos papéis dos parques urbanos como o desaparecimento do uso do espaço como religioso e militar e o fortalecimento de sua utilização como lazer, prática de esportes e desenvolvimento de atividades culturais (GOMES, 2007).

Sendo assim, espaços livres, como os parques, tornam-se elementos importantes na vida urbana, pois além de possibilitar a conservação de áreas verdes, também pode oferecer uma variedade de atividades que podem propiciar a recreação e a prática de esportes para os frequentadores do parque.

Assim, destacamos que a presença dos parques urbanos e sua preservação nas cidades têm sido valorizadas como ambiente de convívio no tempo de lazer, além de possibilitarem a relação do homem com a natureza, podendo ser considerado um dos cenários de comportamento relacionados à prática de atividade física e/ou ao lazer (COLLET *et al.*, 2008).

Ainda se faz necessário ponderar que o espaço onde o lazer é desenvolvido é tipicamente de natureza política, pois este não é mais natural, mas sim social, e são nesses espaços que se encontram os equipamentos de lazer. Nos grandes centros urbanos, principalmente, por causa de fatores como a marginalidade e a violência, o lazer acaba por se desenvolver no próprio ambiente doméstico. Dessa forma, o lar

tornou-se o principal equipamento de lazer não-específico, exercendo uma função não particular desse âmbito, mas que de certo modo pode estar cumprindo-a (MARCELLINO, 2002).

Na categoria de lazer não-específico, estão inseridos os bares, as ruas, as escolas etc. Os bares, devido ao preconceito ligado ao consumo de bebidas alcoólicas, estão perdendo sua característica de ponto de encontro, em que amigos se reuniam para jogar conversa fora, sendo substituídos pelas lanchonetes, que desestimulam a convivência por causa do consumo rápido oferecido. As escolas oferecem uma infinidade de possibilidades para o lazer, atendendo a diferentes interesses, pois nelas se encontram os pátios, quadras, auditórios, salas, biblioteca, etc. Já a rua, que poderia ser um dos espaços com maior possibilidade para o lazer, deixa a desejar, pois para Almeida e Gutierrez (2005) a brincadeira de rua das crianças e o lazer típico do meio rural foram inibidos pelo desenvolvimento das cidades, em que observa-se a diminuição das áreas livres, aumento do número de carros em trânsito e violência urbana.

Face ao exposto, o crescimento de cidades, como Maringá, localizada no norte do estado do Paraná, Brasil, ao longo dos anos tende a desenvolver determinadas mudanças tanto nos seus aspectos estruturais, com a redução de espaços e equipamentos públicos livres de lazer, como nos hábitos da sociedade com o enclausuramento das pessoas em seus lares, desencadeando um estilo de vida menos ativo fisicamente, necessitando, para tanto, de políticas de investimentos para retomada de valores e funções desses locais.

Portanto, a percepção do ambiente dos espaços de lazer, como os parques urbanos, em seus diferentes aspectos, físicos, ambientais e sociais pode ser fator estimulante ou não aos seus usuários, assim como os equipamentos nele existentes, em

que para Marcellino; Barbosa e Mariano (2008), tanto o espaço como os equipamentos são componentes dinâmicos de uma política pública de lazer.

Assim, para realização deste estudo elegemos o Parque do Ingá como objeto de investigação por este se tratar de um parque tradicional da cidade de Maringá, o qual é constituído por uma reserva florestal mantida desde o traçado inicial da cidade, com área de 473.300m . Dispõe de lago artificial, zoológico, parque infantil, cancha de bocha, pista de caminhada, quiosque, uma gruta "Gruta Nossa Senhora Aparecida" e um jardim imperial japonês (homenagem a visita do então Príncipe Akihito e sua esposa Michiko, hoje Imperador do Japão).

Para compreender os aspectos relacionados à percepção do ambiente dos usuários do Parque do Ingá, foi utilizada como base teórica a dimensão física “representada pelo ambiente existente, ou real, com potencial de influência direta sobre os comportamentos relacionados a saúde” e a dimensão sócio-cultural “identificada por fatores que representam as normas, as atitudes e os valores percebidos e/ou existentes, que podem ser resultantes de políticas públicas ou de tradições e heranças culturais das comunidades próximas” (REIS; NASCIMENTO; PETROSKI, 2002, p.17) ao Parque do Ingá.

Na literatura consultada sobre parques urbanos e o lazer observou-se análises sobre os determinantes socioambientais, a prática de atividades físicas, a relação dos espaços públicos para a melhoria da qualidade de vida, o sistema de lazer no Brasil e atividade física como lazer em ambientes urbanos (COLLET *et al.*, 2008; PETROSKI *et al.* 2009; ROCHA *et al.*, 2011; ALMEIDA; GUTTIERREZ, 2011). Diante da produção de conhecimento da Educação Física, poucos estudos foram encontrados que se aproximassem da temática desta pesquisa, em que necessitamos recorrer a outras áreas

acadêmicas para suprir esta lacuna de falta de referenciais, especialmente nas Ciências Agrárias e Humanas, com consultas mais abrangentes, voltadas aos parques e espaços públicos de lazer.

A partir dos pressupostos apresentados, surgiram alguns questionamentos quanto à qualidade espacial, social, política e de estrutura física do Parque do Ingá, que conduziram à elaboração do problema de pesquisa: Quais são os determinantes sociais, políticos e espaciais relacionados ao Parque do Ingá que (des)favorecem a sua utilização como espaço público de lazer?

Assim, a hipótese conceitual do estudo é de que a percepção do ambiente dos frequentadores do Parque do Ingá em relação aos fatores político-normativos, tecnológicos e arquitetônicos se apresentam como de menor estímulo; e os geográficos, culturais e sociais com influência positiva para a realização de atividades físicas no parque. Isso porque, de acordo com Silva; Oliveira e Mansano (2011), o parque está localizado numa área central da cidade, além de apresentar valor cultural para a população, harmonia entre o verde e concreto e beleza, sendo considerado pelos frequentadores o parque mais bonito do Município de Maringá.

Nesse contexto, o estudo buscou analisar o Parque do Ingá, no município de Maringá-PR, como espaço público de lazer, por meio de um estudo de campo, com vistas à identificação dos aspectos concernentes às dimensões física e sociocultural.

Metodologia

Este estudo apresenta características de uma pesquisa descritiva exploratória, envolvendo a aplicação de questionários autoadministráveis sem a observação do comportamento (THOMAS; NELSON, 2002).

A população do estudo foi formada por 55 frequentadores do Parque do Ingá, Maringá-PR, Brasil. Como critério de participação na pesquisa foi estabelecido que os sujeitos deveriam ser usuários do parque no momento da coleta. Dos 72 frequentadores convidados a participar da pesquisa, 55 concordaram em participar do estudo assinando o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a coleta de dados foi utilizada uma ficha de identificação visando obter a classificação da amostra e controle das variáveis (idade, sexo, profissão/ocupação, estado civil, nível de escolaridade, tempo que frequenta o parque, duração de permanência no parque, frequência semanal, motivo da visita etc.).

Os dados foram coletados durante o mês de julho de 2013. O processo de amostragem foi intencional com seleção acidental dos participantes. Para que a amostra representasse de forma mais abrangente a população usuária do parque, a coleta foi realizada durante 2 dias da semana em diferentes períodos do dia.

A coleta de dados foi realizada na pista de caminhada com extensão de 3 km localizada na parte externa do Parque do Ingá, situado na região central do Município de Maringá. A abordagem aos frequentadores ocorreu individualmente, os convidando a responderem ao questionário da pesquisa, durante a semana (segunda a sexta-feira) e no início da manhã e final da tarde, por ser nestes períodos que ocorre o maior fluxo de pessoas que utilizam o parque com o objetivo da prática de atividade física regular.

Ainda como defesa do período de coleta, escolhemos um mês de férias por entendermos que os principais frequentadores são os moradores mais próximos ao parque e que durante este período, poderíamos aumentar a possibilidade amostral a ser pesquisada. Contudo, não encontramos estudos que tenham contabilizado o quantitativo

de frequentadores diários do parque, uma vez que investigamos apenas a área do entorno do mesmo onde não existe um controle de entrada e saída.

Para avaliar aspectos relacionados à percepção do ambiente foi utilizado o instrumento Escala de autopercepção do ambiente para a realização de atividades físicas validado por Reis, Nascimento e Petroski (2002). Essa escala é composta por 16 itens que avalia as dimensões: física (geográficos e tecnológico-arquitetônico) e sociocultural (político-normativos e culturais-sociais) do ambiente. Há 8 itens para cada uma das duas subescalas do ambiente: dimensões física (1 ao 8) e sociocultural (9 a 16). As respostas são avaliadas em uma escala do tipo *likert* de cinco pontos que variam de “inibe” (1) a “estimula” (5).

Os resultados são atribuídos a cada subescala, obtidos a partir da média aritmética das respostas dadas aos itens correspondentes a cada uma delas. Tanto o método de obtenção dos resultados por meio das médias dos itens como a interpretação de tais valores foi proposto pelos autores do instrumento (REIS; NASCIMENTO; PETROSKI, 2002).

Quadro 1. Dimensões do ambiente

Dimensão	Fatores	Indicadores	Descrição
Física	Geográficos	1 à 4	Determinados pelas condições de localização geográfica do CEC (cenários de comportamento) e podem ser naturais ou artificiais.
	Tecnológico-arquitetônico	5 à 8	Relacionados à existência, qualidade e adequação de espaços, instalações e equipamentos elaborados pelo homem e que podem estar presentes no CEC.
Sociocultural	Político-normativos	9 à 13	Representados por normas de conduta, legislação específica e programas resultantes de políticas públicas encontradas no CEC que podem inibir ou facilitar determinados comportamentos.
	Culturais e sociais	14 à 16	Representados por valores e atitudes encontradas no CEC que podem constituir estímulo ou barreira a determinados comportamentos.

Fonte: adaptado de Reis; Nascimento e Petroski (2002).

Para análise estatística dos dados foram utilizadas as medidas de frequência e frequência percentual. Na avaliação da percepção do ambiente no parque, as 16 questões foram agrupadas a partir da escala de autopercepção do ambiente formando escores da seguinte forma: escore total (16 a 80): a soma dos indicadores da dimensão física e sociocultural; escore físico (8 a 40): a soma dos indicadores a dimensão física; escore sociocultural (8 a 40): a soma dos indicadores da dimensão sociocultural; escore geográfico (4 a 20): a soma dos indicadores do fator geográfico; escore tecnológico-arquitetônico (4 a 20): a soma dos indicadores do fator tecnológico-arquitetônico; escore político-normativo (5 a 25): a soma dos indicadores do fator político-normativo; escore valores e atitudes (3 a 15): a soma dos indicadores do fator valores e atitudes (COLLET *et al.*, 2008).

Na análise apresentamos a descrição interpretativa do ambiente no que diz respeito aos fatores geográficos, tecnológico-arquitetônico, políticos-normativos e culturais e sociais.

A pesquisa foi aprovada pelo CONEP – Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – sob Parecer n. 204.780. Todos os pesquisados foram informados sobre a divulgação e publicação dos dados coletados no estudo, bem como foram obtidas as respectivas assinaturas dos termos de consentimento livre e esclarecido dos responsáveis dos participantes.

Apresentação e Discussão dos Resultados

As evidências encontradas neste estudo quanto à caracterização sociodemográfica do grupo investigado, são apresentadas no (QUADRO 2).

Quadro 2: Caracterização do grupo pesquisado em relação ao sexo, faixa etária, estado civil, nível de escolaridade, categoria profissional, tempo que frequenta o Parque, número de frequência ao Parque, motivo da visita dos frequentadores do Parque do Ingá.

Variável	Categoria	Frequência	
		f	f%
Sexo	Masculino	25	45,5
	Feminino	30	54,5
Faixa etária	18 a 39 anos	17	30,9
	40 a 59 anos	20	36,4
	60 anos acima	18	32,7
Estado Civil	Casado	40	72,7
	Solteiro	11	20,0
	Outros	4	7,3
Nível de Escolaridade	Fundamental incompleto	4	7,3
	Fundamental completo	2	3,6
	Médio incompleto	2	3,6
	Médio completo	7	12,7
	Superior incompleto	6	10,9
	Superior completo	17	30,9
	Especialização completa	8	14,5
	Mestrado completo	5	9,1
	Doutorado completo	4	7,3
Categorias Profissionais	Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	8	14,5
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	24	43,6
	Técnicos e Profissionais de nível intermédio	2	3,6
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	4	7,3
	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	1,8
	Trabalhadores não qualificados	6	10,9
	Outros	10	18,2
Há quanto tempo que frequenta o Parque Ingá	Até 4 anos	21	38,2
	5 a 10 anos	14	25,5
	11 a 16 anos	8	14,5
	17 anos acima	12	21,8
Número de vezes de frequência ao Parque Ingá	Esporadicamente	8	14,5
	1 vez por mês	2	3,6
	1 vez por semana	2	3,6
	2 vezes por semana	5	9,1
	3 vezes por semana ou mais	37	67,3
Qual motivo da visita ao Parque Ingá	Atividade física	26	47,3
	Lazer	2	3,6
	Atividade física e lazer	26	47,3

Participaram deste estudo 55 usuários do Parque do Ingá em uma distribuição equilibrada em relação às variáveis investigadas, observa-se uma frequência maior para o sexo feminino (54,5%), a faixa etária entre 40 e 59 anos (36,4%), sendo casados (40%), na sua maioria possuem o ensino superior (30,9%) o que nos leva a predominância de 43,6% de especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Ao comparar a distribuição dos indivíduos em relação à frequência ao parque percebe-se que houve um percentual maior para as pessoas com até 4 anos de utilização do parque, compreendendo 38,2%, porém outro fato a ressaltar que 21,8% já frequentavam o Parque há mais de 17 anos. Mais da metade dos participantes do estudo possuem uma regularidade de três vezes por semana ou mais (67,3%). No entanto, os motivos que levam as pessoas a frequentarem o parque estão relacionados à atividade física, estando ou não associados ao lazer.

Esses resultados sugerem que o grupo pesquisado foi composto, predominantemente, de adultos com mais de 40 anos (69,1%), casados, com ensino superior completo e que frequentam o parque há mais de 5 anos (61,8%). Vale destacar que a idade adulta ou meia idade, considerada a partir dos 40 anos, é entendida como um período que considera a aprendizagem um prazer e um desafio, pelo amadurecimento que isso proporciona ao indivíduo e pela oportunidade de disseminar seus conhecimentos de forma eficiente perante a sociedade, tornando-se, portanto, um período produtivo e significativo (SANTOS; ANTUNES, 2007). Talvez por esses argumentos, essa faixa etária tenha apresentado um maior poder de criticidade em relação aos aspectos pesquisados, fortalecida também pelo tempo de frequência ao parque.

Os resultados presentes nos Quadros 3 e 4 representam as dimensões física e sociocultural. Para se chegar aos valores correspondentes a cada uma das subescalas, atribuímos médias aritméticas de acordo com o protocolo proposto no instrumento.

O Quadro 3 ilustra os valores da média dos escores em relação às dimensões física da escala de autopercepção do ambiente do Parque do Ingá. Este é composto pelos fatores geográficos e tecnológico-arquitetônico.

Quadro 3: Média dos escores em relação à dimensão física da escala de autopercepção do ambiente do Parque do Ingá de Maringá-PR.

Dimensão física			
Fatores	Questões	Escore	Escore final
Geográficos	1. Incidência de chuvas no parque	2,4	3,7
	2. Poluição do ar no parque	2,9	
	3. Beleza geográfica do parque	4,5	
	4. Localização geográfica do parque	4,8	
Tecnológico-arquitetônico	5. Pista de caminhada/corrida no parque	3,8	3,6
	6. Equipamentos disponíveis (bancos, espaldares, barras)	3,7	
	7. Estacionamento no parque	3,6	
	8. Beleza arquitetônica das estruturas construídas no parque	3,3	

Vale lembrar que os escores podiam variar de 1 (inibe) a 5 (estimula). Assim, podemos observar que no escore final resultante do cálculo da média, o fator geográfico obteve 3,7, sendo que as subescalas “incidência de chuvas no parque” e “poluição do ar no parque” aparecem com um escore mais inibidor (2,4 e 2,9) quando comparado à “beleza geográfica do parque” e “localização geográfica do parque” (4,5 e 4,8), sendo que as últimas constituem atributos positivos relatados pelos participantes do estudo.

Os itens 1 e 2 do quadro 3 dependem do controle do homem, pois esta pode ser alterada de acordo com as diversas ações que provocam impacto no meio ambiente. Em relação à incidência de chuva, os índices para Maringá, a caracterizam como uma região

que apresenta regime de chuvas com duas estações: uma chuvosa (setembro a maio) e outra ligeiramente seca nos meses de inverno (NEGRÃO, s/d). Contudo, mesmo apresentando níveis de chuva ao longo do ano, este não parece ser um fator inibidor para os usuários do parque. Isso talvez se dê pela estabilização do microclima onde se insere o parque (MANSANO; LIMA, 2011).

No tocante à poluição do ar, Maringá ainda não possui uma estação para mensurar a qualidade do ar. Contudo, Lima, Demarchi e Gimenes (2010) apontam que, condições meteorológicas e do tráfego de veículos, a concentração de monóxido de carbono (CO) fica um pouco abaixo de 9 ppm (partes por milhão), tornando quase inadequada a qualidade do ar. Se for considerar que a maior frequência de pessoas no parque se dá por volta das 18h (horário de maior fluxo), o risco fica ainda maior, visto que junto com CO, também é inspirado em maior volume o dióxido de carbono (CO₂), o material particulado (MP), os hidrocarbonetos (HC) e os óxidos de nitrogênio (NO e NO₂) emitidos pelos escapamentos dos veículos. De acordo com os padrões estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), aprovados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para que a qualidade do ar seja considerada boa, a concentração de CO não pode ultrapassar a linha limítrofe de 4,5 ppm. Os autores destacam que esse índice pode chegar a 4,8 ppm em algumas regiões da cidade.

Mesmo com estes indicativos e sendo notório que a frota de veículo aumentou (LIMA; DEMARCHI; GIMENES, 2010), a percepção de inibição para a frequência do parque não foi relatada como uma problemática impeditiva. Podemos inferir que naquelas mediações, por não ser uma área com quantidade alta de semáforos e pelo tráfego no entorno do parque ser fluente, percebe-se que a emissão de poluentes acaba

alcançando níveis que talvez ainda não tenham chegado ao ponto de incomodar seus usuários, apesar de pista de caminhada estar paralela à rua. Outra hipótese diz respeito à possível aceitação da realidade, em que as pessoas não deixarão de realizar sua atividade física e/ou lazer por algo que dependeria de atitudes coletivas, como por exemplo, o uso de transporte público, reduzindo o número de veículos em circulação.

Quanto à beleza e à localização geográfica do parque, destacamos que, estes estiveram mais ligados a parte externa do parque, visto que a maior frequência e uso, especialmente para a realização de atividade física é o contorno do mesmo, o qual possui pista de caminhada e equipamentos para a realização de alguns exercícios físicos específicos, apresentando escores considerados como estimulantes para seus usuários. Isso reforça o entendimento de qualidade de vida associada à interação com o mundo e a vivência do ser humano com a paisagem viva, sendo que de acordo com Mansano e Lima (2011), a percepção da arborização maringense como símbolo da qualidade ambiental e de vida surgiu na década de 1980. Com isso o Parque do Ingá é considerado pela população como um símbolo topofílico (sentimento positivo em relação ao parque), cartão postal da cidade, atraindo pessoas de todas as regiões que buscam apreciar sua natureza.

Quanto à localização, por ser centralizado em um polo nobre da cidade, pode contribuir, de acordo com Marcellino, Barbosa e Mariano (2008), para o não acesso dos moradores das regiões periféricas, em que estes incorporam a aceitação do não acesso, acreditando que isso não é de direito dos moradores das periferias. Almeida e Gutierrez (2005) ainda salientam que as possibilidades de acesso ao lazer, por parte dos excluídos, se restringem cada vez mais, por motivos como a falta de espaço e aumento da violência.

No tocante aos fatores tecnológicos e arquitetônicos houve um equilíbrio maior entre as médias, apresentando uma variação de 0,5, resultando em um escore final de 3,6. Nesta categoria analisamos a percepção de três subescalas (pista de caminhada/corrida no parque, equipamentos disponíveis, estacionamento e beleza arquitetônica das estruturas construídas).

Mesmo existindo equilíbrio nos níveis, estes não apresentaram uma percepção estimuladora, se localizando no ponto mediano da escala *likert* utilizada, o que pressupõe certo descontentamento com as estruturas disponibilizadas no parque, ou ainda, sugere que os participantes consideram necessária a implementação de novas estruturas, bem como a manutenção constante das existentes.

Assim, considera-se necessário para a gestão e planejamento de espaços públicos, segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2008) uma política de investimentos na retomada ou desenvolvimento da qualidade do espaço urbano, que busque, de acordo com Gomes (2007), dotar o espaço de equipamentos, infraestrutura urbana e cobertura arbórea suficiente, visando garantir o conforto térmico dos usuários, constituindo-se como elementos fundamentais para atividades relacionadas ao parque. Ressaltamos, segundo a mesma autora, a importância da consulta à comunidade frequentadora, criando-se dessa forma identidade entre usuários e o espaço público, contribuindo para o desencadeamento do uso efetivo da população, uma vez que, a falta de identidade ocasiona gradativamente a sua evasão. Outro ponto negativo apontado por Tschoke e Rechia (2012) se relaciona com a não apropriação por parte da comunidade, o que resulta também em uma não participação efetiva na manutenção e segurança dos espaços.

Em relação à dimensão sociocultural, composta pelos fatores político-normativos e culturais e sociais, apresentamos o Quadro 4 com os resultados obtidos.

Quadro 4: Média dos escores em relação as dimensões socioculturais da escala de auto percepção do ambiente do Parque Ingá de Maringá-PR.

Dimensões sociocultural			
Fatores	Questões	Escore	Escore final
Político-normativos	9. Programas públicos no parque para a prática de atividades físicas	3,2	2,8
	10. Cartazes ou quadros informativos no parque sobre atividades físicas	3,2	
	11. Serviços de atendimento de emergência no parque	1,8	
	12. Segurança pública nas imediações do parque	2,6	
	13. Regulamentação de trânsito nas imediações do parque	3,2	
Culturais e sociais	14. Comportamento frequentemente observado dos usuários no parque	4,0	4,1
	15. Apoio e incentivo de amigos	4,0	
	16. Valor atribuído ao parque pela comunidade em geral	4,2	

Podemos observar no Quadro 4 que os fatores político-normativos não apresentaram avaliação com níveis positivos, sendo, portanto, considerados dentre os pontos medidos, como os mais inibidores para os frequentadores do parque, possuindo um escore final de 2,8.

As subescalas que compõem esses fatores referem-se aos programas públicos e cartazes informativos para atividades físicas, serviços de atendimento de emergência, segurança e regulamentação de trânsito. Os níveis médios baixos, devem-se ao fato, de alguns destes itens não serem disponibilizados no parque, como é o caso do atendimento de emergência, em que os usuários dependem dos serviços como SIATE e SAMU.

Os resultados também são medianos por não carecerem no momento ou porque nunca precisaram desses serviços, apresentando certa indiferença quanto à sua necessidade como direito do cidadão.

Devido à falta de segurança e de espaços seguros, de acordo com Marcellino, Barbosa e Mariano (2008) o crescimento do lazer doméstico tem sido uma constante. Sobre o assunto, Rodrigues (2002, p.154) aponta que,

[...] a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como lócus da sociabilidade. Da mesma forma como desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, tende a desaparecer também o mundo vivido.

Esse receio ligado à segurança foi um dos pontos destacados pelos participantes da pesquisa, que ao indicar essa subescala como sendo um fator inibidor, também ressaltaram que o temor aumenta no período noturno, justamente pela ausência de manutenção da iluminação nas imediações do parque, em especial, na pista de caminhada/corrida. Sobre o assunto, Tshoke e Rechia (2012) apontam como fator preocupante para a gestão pública a iluminação, que comumente é a parte mais cara e a que apresenta maior depredação, além desta estar diretamente relacionada à segurança, principalmente à noite. Isto porque, consiste em um fator limitador para a apropriação do espaço, bem como um facilitador para a violência e para a evasão da comunidade.

Na mesma pesquisa, as autoras salientam o sentimento de insegurança da comunidade em um parque em Curitiba, ocasionado pela violência, vazio dos espaços, a quase ausência de ações no âmbito do esporte e lazer, entre outros, como condições inibidoras aos usuários do parque pesquisado.

Ainda podemos situar que é importante pensar a política pública de esporte e lazer para além da política pública em si. De acordo com Starepravo; Souza; Marchi Junior (2011) a ação necessária aloca-se no desenvolvimento de um programa esportivo ou iniciativa pública voltada para atender a população em seu direito ao lazer que leve em consideração o espaço social específico onde esta é produzida, no sentido de compreender as políticas necessárias para tal comunidade. Nesse contexto, para Linhales (1998, p.79)

[...] seria fundamental rever a crítica simples e compulsiva ao Estado como reprodutor de desigualdades sociais e caminhar no sentido da construção de um Estado que fosse capaz de se apresentar como espaço poroso e receptivo à tensão existente entre diferentes interesses.

A autora ressalta que os interesses dependerão dos agentes envolvidos com a educação física, esporte e o lazer, e estes serão decisivos para existência ou exclusão de políticas específicas.

Em relação aos programas públicos voltados para a prática de atividade física e lazer, estes são dependentes de projetos políticos da gestão, controlados pelo partido político que se mantém por determinado período na administração de ações que são executadas em função dos interesses de cada grupo instalado na estrutura de poder (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005).

No tocante aos parques e áreas verdes, que tomamos como foco para a realização da presente pesquisa, Almeida e Gutierrez (2005) afirmam que estes, além de ser em número menor do que a demanda populacional, são subutilizados devido à falta de investimentos e de políticas de coordenação articuladas aos demais órgãos públicos.

Os resultados obtidos relacionados aos programas públicos para a prática de atividades físicas no Parque do Ingá, como cartazes/quadros informativos, apontam para a carência desses fatores, mesmo tendo apresentado média de 3,2 cada, pois os usuários, por vezes desconhecem a existência destes, enquanto outros citaram que alguns dos programas existentes não são gratuitos. A preocupação dos órgãos governamentais a respeito de políticas públicas direcionadas ao âmbito do lazer surge, segundo Reis e Starepravo (2008), efetivamente, a partir da década de 1980, período em que a Constituição de 1988 garante o lazer como direito social do cidadão, que deve contemplar acessibilidade, disponibilidade e educação. Os autores ainda ressaltam que o lazer no âmbito político e de ações estatais fica em segundo plano, os quais discordam desta posição do governo, pois acreditam que a inter-relação entre o lazer e a sociedade deveria ser trabalhada em conjunto.

Outro fato observado pelos usuários do parque está relacionado à permanência do profissional de educação física para instruir os praticantes de atividade física, não há a disponibilidade dos profissionais em período frequente, em especial, na utilização dos equipamentos, como a academia de ginástica da terceira idade (ATI). De acordo com Silva, Oliveira e Mansano (2011) as ATIs surgiram no município de Maringá a partir de 2006, como parte de uma estratégia do governo municipal para atender a uma parcela da população, que em muitos casos padece pela falta de atividade física, com espaços diferentes e inusitados para prática de exercícios, garantido melhor qualidade de vida especialmente à pessoa idosa.

Mas, o que se observou na pesquisa é que freqüentadores de diferentes idades se utilizam destes equipamentos, tendo em vista que a pesquisa foi efetuada neste local do parque. No entanto, devido aos relatos e pelo escore estar na linha mediana (3,2), se faz

necessário, não só a existência de programas e ações que contribuam para o desenvolvimento de uma atividade física consciente e segura, mas também a divulgação das políticas existentes, o que permitiria uma melhoria na percepção do ambiente pelos usuários do parque. Já que, segundo Silva, Oliveira e Mansano (2011), desde o início da sua criação, a cidade de Maringá tem se voltado para questões referentes à qualidade de vida de seus habitantes com seu projeto urbanístico planejado de forma moderna, prevendo uma organização que obedecesse aos pressupostos de uma típica cidade-jardim inglesa, com ruas largas e áreas destinadas ao lazer.

Os resultados referentes em pesquisa realizada em um parque urbano de Curitiba por Collet *et al.* (2008) apontou que, embora não exista programa público para a prática de atividade física e poucos cartazes/quadros informativos, os usuários demonstraram crença positiva para estes indicadores, o que difere dos dados obtidos na presente pesquisa. Por outro lado, os indicadores de segurança pública e serviço de emergência nas imediações do parque encontram respaldo no estudo realizado por estes autores ao apresentarem-se como fatores inibidores para os praticantes de atividade física no parque.

Com valores mais elevados, os fatores culturais e sociais aparecem no topo da escala como contributo para o estímulo dos usuários do parque, sendo avaliado com um escore final de 4,1, em que todas as suas subescalas (comportamento dos usuários, apoio e incentivo de amigos, valor atribuído ao parque pela comunidade) apresentam equilíbrio nas médias obtidas.

Esses resultados vão ao encontro da necessidade apontada por Marcellino, Barbosa e Mariano (2008), a qual consiste na promoção da convivência. Nota-se que os frequentadores do Parque do Ingá, acreditam que estes fatores são estimulantes para seu

uso. Contudo, os autores citados destacam que, o espaço público tem perdido seu uso multifuncional, isto é, vem deixando de ser local de encontro, prazer, lazer. Isso se dá devido à ausência de espaços urbanos vazios pelo crescimento desordenado e sem planejamento das cidades, crescimento do lazer doméstico, a ausência de políticas que contribuam para o acesso aos espaços de lazer, entre outros.

De acordo com Rolnik (2000), para que as cidades deixem de possuir somente a função de circulação, se faz necessário implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade, multifuncionalidade e beleza do espaço, bem como na retomada do entendimento de que a cidade precisa conectar usos, funções e pessoas diferentes, em espaços onde há segurança. “Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável” (ROLNIK, 2000, p.184).

Para tanto, também destacamos com base em Marcellino, Barbosa e Mariano (2008) que, a política pública de lazer está ligada a outras políticas como a redução da jornada de trabalho, reordenação do tempo e de transporte urbano, política de formação de quadros, bem como inclusão de espaços e equipamentos de lazer.

Dessa forma, de acordo com Rodrigues (2002), para evitar a individualização do lazer, é necessário que haja criação de políticas públicas de lazer, destinadas aos espaços e equipamentos, buscando disseminar o lazer como meio de convivência social.

As evidências encontradas confirmam que a percepção do ambiente do Parque do Ingá compreende um fator que pode influenciar a frequência e o estímulo para utilização, bem como para a efetivação de ações administrativas públicas voltadas para a melhoria dos espaços e equipamentos públicos de lazer no que concerne à atividade física e lazer.

Conclusões

Este estudo permitiu dimensionar a percepção dos usuários do Parque do Ingá em relação ao ambiente no que concerne às dimensões física e sociocultural. Também favoreceu a compreensão dos fatores associados à atividade física e lazer dos usuários do parque.

Concluimos que os resultados confirmam, em partes, as hipóteses iniciais do estudo, sendo divergente quanto aos fatores geográficos, que indicou maior estímulo do que o esperado.

Os dados indicaram o menor escore final para os fatores político-normativos, o que demonstra a insatisfação dos usuários do parque quanto às ações políticas e administrativas relacionadas ao esporte e lazer nas imediações do Parque do Ingá. Isso confirma a necessidade de intervenção pública para melhoria dos aspectos relacionados aos programas públicos e cartazes/quadros informativos para a prática de atividades físicas no parque, serviços de atendimento de emergência (que se apresentou como ausente), segurança pública que ainda necessita maior atenção da gestão pública para se tornar eficaz e regulamentação de trânsito nas imediações do parque. Esses fatores podem influenciar sobremaneira a prática de atividade física da população no parque investigado.

Os fatores culturais e sociais, como o apoio e incentivo dos amigos e o comportamento dos usuários se apresentaram como estimulantes para a utilização do espaço.

Mediante os pressupostos deste estudo, indicamos a necessidade de planejamento que atenda os interesses da comunidade frequentadora do parque, que leve à conscientização para a conservação (pública e individual) e utilização das

dependências do espaço público. Isso pode se dar por meio de ações preventivas planejadas que podem intervir positivamente para os aspectos geográficos, tecnológico-arquitetônico, político-normativos e culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. **Conexões**, v.3, n.1, p.36-57, 2005.

_____. Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n.1, p.137-52, jan./mar. 2011.

COLLET, C.; *et al.* do. Fatores determinantes para a realização de atividades físicas em parque urbano de Florianópolis. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.13, n. 1, p. 15-23, 2008.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 5, n.1, p. 101-120, 2007.

LIMA, E. P.; DEMARCHI, S. H.; GIMENES, M. L. Uso do modelo de dispersão CAL3QHC na estimação da dispersão de CO na região central de Maringá, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum. Technology** (Online), v. 32, p. 251-259, 2010..

_____.; LIMA, M.D.G.D. Qualidade de vida e equipamentos urbanos: percepção dos moradores da cidade de Maringá-PR-Brasil. **Geográfica de América Central**, n. especial, EGAL, Costa Rica, 2 sem., p.1-17, 2011.

MARCELLINO, N. C . **Estudos do lazer: uma introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002. (Coleção educação física e esportes)

_____.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alinea, v. 1, p. 133-152, 2008.

MAZZEI, K; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas Verdes Urbanas, Espaços Livres para o Lazer. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.19, n.1, p. 33-43, 2007.

NEGRÃO, G. N. Análise fractual climática e suas implicações na saúde, no município de Maringá, Paraná. Disponível em: http://www.dge.uem.br/semana/eixo6/trabalho_15.pdf. Acesso em: 04/08/13.

PETROSKI, E. L.; *et al.* A. Estágios de mudança de comportamento e percepção positiva do ambiente para atividade física em usuários de parque urbano. **Motricidade: Fundação Técnica e Científica do Desporto**. V. 5, n. 2, p.17-31, 2009.

REIS, L. J. A.; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago./2008.

REIS, R. S.; NASCIMENTO, J. V. do; PETROSKI, E. L. Escala de auto-percepção do ambiente para a realização de atividades físicas. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. v.7, n. 2, p. 14-23, 2002.

ROCHA, S. V.; *et al.* Fatores associados à atividade física no lazer entre residentes de áreas urbanas de um município do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**. v. 13, n.4, p.257-264, 2011.

RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere**. Belo Horizonte, v.5, n.1, p-149-64, 2002.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SANTOS, B. S.; ANTUNES, D. D. Vida adulta, processos motivacionais e diversidade. **Educação**. Porto Alegre, RS, v.61, n.1, p.149-164, jan/abr. 2007.

SILVA, G. da; OLIVEIRA, J. R. de; MANSANO, C. N. Um breve estudo sobre a percepção do ambiente no entorno das academias da terceira idade (ATI's) da cidade de Maringá. I SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS (SEURB). 1, 2011. Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental. Campo Mourão, ago de 2011.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológico de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.03, p.233-251, jul/set de 2011.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TSCHOKE, A.; RECHIA, S. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 263-280, abr./jun. 2012.

Endereço dos Autores:

Juliana Pizani
Maria Eloiza Fiorese Prates
Fernando Augusto Starepravo
Ieda Parra Barbosa-Rinaldi
Universidade Estadual de Maringá

Juliana Pizani, Maria Eloiza F. Prates,
Fernando Augusto Starepravo e Ieda P. Barbosa-Rinaldi

O Parque do Ingá como Espaço de Lazer

Departamento de Educação Física
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM
Maringá - PR - 87020-900
Endereço Eletrônico: parrarinaldi@hotmail.com